

Prof.^a Anita Kon

Foram divulgadas neste mês as Contas Nacionais do primeiro trimestre de 2010, que trouxeram resultados favoráveis, que conduziram à revisão para cima da projeção do governo para o Produto Interno Bruto do Brasil, de 5,2% para 6,5%. Neste 1º trimestre o produto cresceu 2,7%, pela série dessazonalizada. Em relação ao mesmo período de 2009 o crescimento foi de 9%, que, no entanto foi resultado de uma base de comparação muito baixa do ano anterior. No entanto, a observação é de uma retomada significativa da atividade econômica. Esse crescimento é positivo quando se verifica que os investimentos internos em capital fixo estão aumentando também (6,4% em relação ao mesmo período de 2009), embora no acumulado em quatro trimestres ainda registrem taxa negativa de 1,5%. Neste crescimento, resultado de medidas anticíclicas de aumento do crédito e diminuição de impostos sobre produtos industriais selecionados, o consumo das famílias (6%) e o consumo do governo (3,1%) do período puxaram o produto.

No entanto, uma série de desafios e gargalos surgiram, com previsões de diminuição do dinamismo da economia, que são originados entre outras causas nos déficits em transações correntes, resultado das maiores taxas das importações de bens e serviços frente às exportações, que requerem medidas específicas para ampliar as vendas externas como prioridade. O dólar barato e o ritmo veloz de crescimento da demanda dos consumidores brasileiros impulsionaram a alta das importações no primeiro quadrimestre de 2010, que superaram em 41,8% o desempenho no mesmo período de 2009.

Paralelamente, a taxa de poupança do Brasil também caiu consideravelmente no período da crise internacional. Outros empecilhos ao crescimento estão ligados às questões cambiais, tributárias e de infraestrutura, que constituem entraves para que as empresas estabelecidas consigam concorrer com bases produtivas de outras economias. As altas na taxa de juros agem no sentido da apreciação cambial, o que torna ainda mais urgentes medidas em prol das exportações, embora os mercados externos ainda estejam retraídos.

Neste primeiro trimestre, mesmo com a recuperação da economia e o aumento na arrecadação de impostos (15,8%), as contas públicas tiveram o pior desempenho para o período desde 2002, pois a maior arrecadação não foi suficiente para acompanhar ritmo de alta dos gastos do governo federal (19,3%). Por outro lado, a maior quantidade de dinheiro público na economia ajuda a pressionar a inflação, o que levou o Banco Central a elevar neste mês de junho a taxa de juros (Selic) em 0,75%, subindo para 10,25%. Os analistas afirmam que os juros só são altos porque os gastos do governo são elevados e esta elevação dos gastos deverá levar ao aumento de impostos ou redução de incentivos fiscais, bem como ao aumento da dívida pública.

No entanto, já no mês de abril a Arrecadação teve o melhor resultado, com crescimento real das receitas de 16,75% em relação ao mesmo mês de 2009. Isto foi devido, entre outros fatores ao aumento da produção industrial, ao crescimento do volume de vendas no varejo e o crescimento da massa salarial. Portanto no primeiro quadrimestre de 2010, a arrecadação de tributos federais já chegou a um desempenho 12,52% superior ao obtido no mesmo período de 2009. A qualidade das despesas públicas como consequência do aumento da arrecadação é questionada, pois o país encontra-se em período pré-eleitoral, e os recursos acabam sendo direcionados para despesas de custeio e para a aceleração de obras que já estão em andamento, ficando em segundo plano os novos projetos que não ficariam prontos antes da eleição.

Em suma, a alta na arrecadação de abril ajudou o setor público (União, Estados e municípios) a realizar uma economia de R\$ 19,8 bilhões para pagar os juros da dívida em abril. Esse superávit primário foi garantido pelo aumento no recolhimento de tributos, impulsionado pelo crescimento da economia e pelo fim dos incentivos fiscais e o Banco Central salienta que recuperação da arrecadação ajudou ao governo a compensar a alta de gastos verificada até abril.

Tanto para o FMI como para alguns analistas econômicos, o Brasil não tem a possibilidade de sustentar um crescimento a uma velocidade de 7% ao ano em 2010, pois existe risco de superaquecimento se o país não aumentar seus investimentos em pesquisa e educação, com perigo de retomada das taxas de inflação. Dessa forma as previsões de expansão para o PIB neste ano são entre 4,5% e 5%.

O Banco Central adotou uma política de compra de dólares que levou as reservas internacionais do

Brasil a atingirem o patamar recorde de US\$ 250 bilhões em maio, valor que é quase 25% superior ao registrado há um ano. Mesmo funcionando como um seguro contra a crise, o custo-benefício de manter estas altas reservas começa a ser questionado pelos economistas, particularmente em um momento em que a taxa de juros no Brasil volta a se distanciar da remuneração dos juros no exterior.

A alta da inflação vem preocupando não apenas o governo, mas todo o mercado brasileiro que elevou suas previsões para a inflação neste ano e as projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou para 5,42%, que resultou numa estimativa do mercado para o crescimento do PIB deste ano também para 6,06%.

A preocupação do governo com o atual ritmo de expansão da economia, considerado superior ao que o país pode suportar sem gerar inflação, e também com o fato de que a crise grega deverá adiar para 2012 a recuperação das exportações brasileiras, afetadas pela crise, leva ao estudo do corte de gastos de custeio em todos os ministérios -apesar do calendário eleitoral, quando tradicionalmente os governos elevam despesas. Em maio a equipe econômica governamental anunciou e foi aprovado um corte adicional de R\$ 10 bilhões nos seus gastos, esperando com isso cumprir ou superar a meta de superávit primário de 3,3% do PIB de 2010.

A inflação vem avançando a partir do emprego e renda em expansão e do crédito que estimula o consumo, num cenário de oferta mais restrita de alguns alimentos devido às chuvas, de alta dos remédios e dos veículos, que levaram o Índice de Preços ao Consumidor Amplo a fechar o primeiro quadrimestre de 2010 com alta de 2,65%, maior marca para o período desde 2005. No acumulado em 12 meses até abril, a taxa de 5,26% supera o centro da meta do ano de 4,5% (com intervalo de dois pontos para cima ou para baixo). Em maio, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado, que é usado no reajuste dos aluguéis, teve alta de 1,19%. Nesse caminho, o aumento do preço do ferro, insumo básico para a produção de aço, deixa os veículos, geladeiras, máquinas de lavar e eletrodomésticos mais caros, que também estiveram sob efeito da volta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que havia diminuído. custo da construção civil aumenta 3%

Apesar das previsões de crescimento acima da média para a economia brasileira em 2010, estas ainda não foram suficientes para que os investidores estrangeiros voltassem a direcionar recursos para o parque industrial do país e o nível de investimentos estrangeiros diretos para a indústria no primeiro trimestre deste ano foi o menor desde 2005 e no primeiro trimestre de 2010, houve um resultado negativo de US\$ 12 bilhões nas contas externas do país, representando uma queda de 52,6% nos investimentos industriais em relação ao mesmo período de 2009. Do total dos investimentos previstos para 2010 (US\$ 45 bilhões), o Brasil recebeu até o momento, menos de 20%.

O consumo acelerado no país nos últimos meses, motivado pelo fornecimento de crédito fácil, tem alertado os analistas, pois o consumidor tem sua renda quadruplica com este mecanismo de crédito através de empréstimos no cheque especial, no crédito pessoal e no cartão de crédito, que podem ser retirados em caixas eletrônicos, o que tem levado a um aumento considerável das dívidas das famílias (17%), elevando também a inadimplência. Esta retomada do crédito no período pós-crise elevou em 40% o número de brasileiros com dívidas acima de R\$ 5.000, segundo o Banco Central. Mas o aumento no total das dívidas é visto pelo Banco Central como "contínuo, porém equilibrado", por estar amparado na expansão do crédito e não na queda da renda.

O mercado de trabalho segue melhorando estimulado pelo ritmo mais forte de retomada da economia. De janeiro a abril, a taxa de desemprego média foi de 7,4% nas seis maiores regiões metropolitanas do país, segundo o IBGE, enquanto que no mesmo período em 2009, a taxa se situava em 8,7% da população economicamente ativa. O número de novas vagas de emprego formal geradas neste ano se concentrou em São Paulo em abril e o Estado foi o responsável por 40% do saldo total dos novos postos de trabalho registrados no Brasil no quadrimestre, comprovando o peso da indústria no Estado. Estes resultados mostram forte contratação na indústria, devido à recuperação das perdas na crise, com grande participação dos setores de metalurgia, mecânica, comunicação e transporte no resultado de São Paulo. No entanto, a atividade da indústria deve registrar desaceleração no segundo trimestre, como aponta o Índice de Confiança do Consumidor, devido ao aumento dos juros e ao fim dos benefícios fiscais anteriores, à indústria de bens duráveis.

EITT/PUCSP – Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia
Contatos: anitakon@pucsp.br - São Paulo/Brasil.
Assistente de pesquisa: Emmanuel Nakamura